

ATA DA NONA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ARQUIVOS – CONEARQ. Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e dez, às quatorze horas, na Secretaria de Estado da Casa Civil, na sala de reunião 2-A, situada no Prédio Anexo, no Palácio Guanabara, realizou-se a nona reunião do Conselho Estadual de Arquivos, com a presença de Paulo Knauss de Mendonça, Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Vice-Presidente do CONEARQ; a representante do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, Carla Regina Petrópolis Vieira de Castro Freitas (titular); a representante do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, Beatriz Kushnir (titular); os representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, Mônica Maria Martins de Araújo da ALERJ (titular) e Carlos Henrique Ferreira da Silva (suplente); a representante da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, Eliana Balbina Flora Sales (titular); a representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Cybelle Moreira de Ipanema (titular); a representante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, Carmem Teresa Coelho Moreno (suplente); a representante da Associação Nacional de História – ANPUH-RJ, Ângela Porto (titular); o representante da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT, Antônio Luciano da Silva Lima (suplente); o representante da Secretaria de Estado da Casa Civil – SECC, André Souza Fonseca (suplente); o representante da Universidade Federal Fluminense - UFF, Ary Alfredo Pereira Fortes (titular); o representante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Flávio Leal da Silva (suplente); o representante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJ/RJ, Marcus Vinícius Domingues Gomes (suplente); e ainda, como convidados, a Assessora Especial da Subsecretaria de Gestão, Maria Rosângela da Cunha; os membros da Câmara Técnica de Arquivos Municipais, Carlos Roberto Bastos Freitas, Diretor do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes; Michele Freire de Queiroz, Arquivista responsável pelo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé; e Célia Maria Leite Costa, Diretora Técnica do Museu da Imagem e do Som – MIS; as futuras representantes da Secretaria de Estado de Cultura – SEC, Jeane Motta de Macedo e Vânia Maria Bittencourt Parreiras; além das integrantes da Comissão Especial de Reparação da Secretaria de Estado de Assistência Social

e Direitos Humanos - SEASDH, Simone Pitta e Patrícia Pontes. Foi justificada a ausência dos seguintes membros: do Secretário de Estado da Casa Civil e Presidente do CONEARQ, Arthur Vieira Bastos; da representante do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, Regina da Luz Moreira (suplente); da representante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, Maria Izabel de Oliveira (titular); do representante da Secretaria de Estado da Casa Civil – SECC, Marco Antônio Horta (titular); do representante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJ/RJ, Márcio Ronaldo Leitão Teixeira (titular); e da representante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Anna Carla Almeida Mariz (titular). A sessão foi aberta por Paulo Knauss de Mendonça procedendo-se à leitura e aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 24 de maio de 2010. Foi feito um agradecimento pelos trabalhos realizados pela Comissão Especial de Assuntos Normativos. Com a apresentação dos membros da Câmara Técnica de Arquivos Municipais, Carlos Roberto Bastos Freitas e Michele Freire de Queiroz discorreram sobre a importância da referida Câmara no fortalecimento de outros arquivos municipais, além do Arquivo Municipal de Campos e do Arquivo Geral da Cidade. Paulo Knauss de Mendonça acrescentou que esta é a primeira Câmara Técnica constituída no âmbito do CONEARQ, com a missão especial de embasar e institucionalizar os trabalhos desenvolvidos, especialmente quanto aos estudos realizados previamente pela Comissão Especial de Assuntos Normativos, levados ao crivo do Conselho para deliberação. Ademais, além de gerar uma expectativa de contribuição também aos Arquivos Municipais do Rio de Janeiro, que mantêm um acervo significativo sem a devida atenção, o trabalho da Câmara Técnica de Arquivos Municipais também acarreta a valorização do acervo arquivístico como um todo. Michele Freire de Queiroz ressaltou que na realidade existe uma prioridade diversa da ideal por questões políticas; falou sobre o acesso bloqueado a determinados livros e lembrou que os arquivos privados, eclesiásticos e de institutos históricos municipais devem também ser valorizados. Vânia Maria Bittencourt mencionou o caso da ASEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos) que, na época da privatização, teve seu acervo encaminhado à Secretaria de Fazenda, não mais tendo sido localizado; sugeriu que tal assunto seja levantado pelo PGD. Patrícia Pontes reforçou o argumento, mencionando um episódio por ela vivenciado, em que foi necessária uma busca e conseqüente retirada de processos de presos políticos que indevidamente foram encaminhados



ao prédio do antigo “Banerjão”. Flávio Leal sugeriu estratégias para tentar negociar e atrair os arquivos privados e os documentos públicos que porventura estejam em propriedade privada. Paulo Knauss de Mendonça esclareceu que através do PGD (Programa de Gestão Documental do Estado do Rio de Janeiro) haverá um mapeamento para auferir as questões suscitadas e que arquivos pessoais e os de família se confundem com documentos públicos em poder de particulares. Propôs ainda a realização de um seminário com a participação de municípios. Carlos Roberto Bastos Freitas falou sobre a necessidade de transmitir esse conhecimento para que as pessoas tenham o desprendimento em doar documentos. Eliana Balbina Flora Sales ressaltou que também deve ser priorizada a documentação em fase de produção para que a realidade atual não se repita no futuro. Michele Freire de Queiroz acrescentou que, além do seminário proposto, é importante que haja orientação e acompanhamento dos trabalhos realizados pela Câmara Técnica. Flávio Leal falou sobre a importância de aumentar a visibilidade dos documentos de arquivo, especialmente os municipais, e a sensibilização das pessoas a respeito disso. Dada a palavra a Beatriz Kushnir, esta se dispôs a localizar o material de um seminário semelhante já realizado anteriormente no Hotel Glória, e falou sobre o Projeto de Lei nº 5.228/2009 mencionado por Jaime Antunes no Congresso de Arquivologia ocorrido recentemente em Santos/SP. Retomando a palavra, Paulo Knauss de Mendonça fez o informe e levou à discussão duas propostas de Resoluções do CONEARQ. Carla Regina Freitas anunciou a proposta de Resolução nº 1, tendo Flávio Leal da Silva indagado se a proposta não limitaria o papel dos Arquivos, ao que Beatriz Kushnir e Paulo Knauss de Mendonça responderam que a proposta só reforça o aspecto normativo-educativo, mostrando aos órgãos da Administração Pública o cuidado que devem ter com relação aos documentos públicos. Após aprovação da Resolução nº 1 do CONEARQ, por unanimidade, Maria Rosângela da Cunha sugeriu transformá-la em Decreto. Em seguida, falou sobre o desenvolvimento dos trabalhos do PGD. Retomando a palavra, Paulo Knauss de Mendonça discorreu sobre a proposta de Resolução nº 2 do CONEARQ, considerando a demanda que surgiu entre o APERJ e a SEASDH. Simone Pitta e Patrícia Pontes falaram sobre a Comissão Especial de Reparação, criada no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos através da Lei nº 3.744, de 21 de dezembro de 2001 e o Decreto n. 41.851, de 05 de maio de 2009, e sobre o interesse no encaminhamento dos conjuntos documentais produzidos a partir dos requerimentos de indenização, a título de reparação material por



torturas físicas e/ou psicológicas sofridas por pessoas detidas nas dependências de qualquer órgão público da administração direta ou indireta do Estado do Rio de Janeiro, entre 1º abril de 1964 e 15 de agosto de 1979, ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ. Flávio Leal questionou a acessibilidade destes documentos, ao que Paulo Knauss de Mendonça esclareceu que há legislação tratando deste assunto, bem como mencionou a elaboração e encaminhamento de uma minuta de cessão de direitos do requerente autorizando ou não o acesso aos seus documentos. Célia Maria Leite Costa lembrou que os impedimentos legais já estão há muito contemplados, inclusive no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e outras normas pertinentes. Ary Alfredo indagou sobre a exigência quanto à higienização e acondicionamento dos documentos e o seu grau de sigilo, ao que Paulo Knauss de Mendonça esclareceu que estas são condições mínimas necessárias para que os documentos sejam devidamente transportados e recebidos, o que não significa dizer que permaneceriam nesta forma após o recolhimento ou transferência, e que tais condições já tinham sido acordadas entre a Comissão Especial de Reparação e o APERJ sem qualquer problema. Feitos os esclarecimentos, os membros do Conselho aprovaram por unanimidade a proposta de Resolução nº 2 e concordaram com a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Especial de Assuntos Normativos. Em seguida, Maria Rosangela da Cunha apresentou a proposta de Seminário Internacional de Gestão de Documentos, em parceria inicial com o programa de Pós-Graduação da UFF, com possibilidade de estender com outras universidades. A previsão é que o Seminário ocorra entre os dias 3 e 5 de novembro; o local ainda não foi definido; e o intuito é envolver os servidores e mostrar os resultados dos trabalhos por eles executados, especialmente no âmbito do PGD. Falou também sobre a realização de um curso de classificação de documentos. Em assuntos gerais, Paulo Knauss de Mendonça mencionou as providências que estão sendo tomadas quanto aos mandatos dos Conselheiros em fase de expirar. Cybelle Moreira de Ipanema parabenizou Paulo Knauss de Mendonça pela matéria no Jornal O Globo de 29 de agosto de 2010 sobre o APERJ, e, acompanhada pelos demais membros, fez um voto de pesar pela extinção da versão impressa do Jornal do Brasil, mesmo após uma atuação de 119 anos no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Paulo Knauss de Mendonça afirmou contar com o apoio da FAPERJ e orientação técnica do APERJ e do Arquivo nacional, bem como com uma ação conjunta do APERJ e da SEC para pesquisar e identificar a história impressa do Brasil. Mencionou o caso do “Monitor



Campista”, que precisa de patrocinador para digitalizar o jornal. Após o agradecimento pela presença de todos os participantes e nada mais havendo a tratar, Paulo Knauss de Mendonça deu por encerrados os trabalhos da nona reunião do Conselho Estadual de Arquivos, às dezessete horas. Eu, Paulo Knauss de Mendonça, Vice-Presidente do CONEARQ, lavrei e assinei a presente ata.

